



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
8ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE
CULTURA – 2024/2026

1 **ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE**
2 **CULTURA – EIXO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO À CULTURA E**
3 **PARTICIPAÇÃO SOCIAL.** Ao 16º (décimo sexto) dia do mês de setembro de
4 2024, às 10h, reuniram-se, de forma presencial e virtual por meio do aplicativo
5 Teams (via link distribuído via *WhatsApp*) conforme calendário elaborado e
6 aprovado durante a 30ª Sessão Plenária Ordinária. Sob a presidência da
7 conselheira suplente representante da Dança **JADY BATISTA DE CASTRO**.
8 Como relatora a colaboradora **JENNYFER BALBI E SILVA** (CONEC), como
9 apoio a colaboradora **SYMONE FARIAS** (CONEC). O encontro contou com a
10 presença nos termos da lista anexa de participantes presenciais e virtuais, os
11 quais participaram pelo aplicativo supracitado. **NOVO AIRÃO. Estadual 1.**
12 Aporte financeiro específico entre estado e município para o Eco Festival do
13 Peixe-boi; **APROVEITAMENTO 2.** Calendarizar o Eco Festival do Peixe-boi no
14 Calendário Oficial do Estado. Foi sugerido pelos conselheiros a aglutinação e
15 consulta jurídica. A **conselheira Jady Castro** iniciou sua fala apresentando-se
16 e mencionou sua participação no primeiro encontro referente ao eixo 5, no qual
17 esteve presencialmente na sede do Conec. Ela destacou a continuação das
18 leituras até o município de Itapiranga e informou que o avanço se daria a partir
19 de Novo Airão, questionando se a transmissão estava sendo acompanhada
20 adequadamente. Jady lembrou que as leituras devem ser analisadas com base
21 em quatro nomenclaturas, considerando possíveis revisões de texto e análises
22 jurídicas. Em seguida, mencionou duas propostas referentes ao Eco Festival do
23 Peixe-Boi em Novo Airão. A primeira propunha um aporte financeiro entre estado
24 e município para o festival, e a segunda, a inclusão do evento no calendário
25 oficial do estado. Jady sugeriu a aglutinação das propostas, visto que tratam do
26 mesmo festival, e solicitou complementos sobre a inclusão no plano estadual ou
27 o encaminhamento ao caderno reserva. O **conselheiro Ludimar Kokama**
28 destacou a necessidade de verificar o interesse em inserir o festival no
29 calendário oficial do estado e questionou se haveria contrapartidas por parte do
30 município. Ele mencionou que desconhecia o festival, levantando dúvidas sobre
31 a responsabilidade do estado na realização do evento. A **conselheira Jady**
32 **Castro** sugeriu que Jennyfer e Symone consultassem a área jurídica para
33 esclarecer melhor a organização do festival e qual entidade, entre município e
34 Secretaria de Cultura (SEC), seria a responsável. A **conselheira Symone Farias**
35 concordou em encaminhar a questão para consulta diretamente na Secretaria
36 de Cultura, buscando confirmar se o festival já fazia parte de um calendário
37 oficial. Ela mencionou que há conhecimento de algumas peças sobre o evento,
38 mas não tinha certeza sobre a oficialização do calendário. O **conselheiro**



39 **Ludimar Kokama** complementou dizendo que, aparentemente, a intenção é
40 igualar a situação ao que ocorre em Manacapuru com a ciranda, onde o governo
41 estadual oferece um aporte financeiro específico para a realização do evento.
42 Por fim, **Symone Farias** reforçou a possibilidade de que essa fosse a intenção,
43 concordando com Ludimar. **MANAUS Estadual 1.** Criação de uma associação
44 de apoio de pessoas da cultura; Foi sugerido pelos conselheiros a aglutinação.
45 **2.** Assegurar através de leis uma política pública para o fomento de projetos de
46 arte terapia, com artistas vestidos de palhaços, fazendo visitas lúdicas na cidade
47 de Manaus e /ou Estado do Amazonas, gerando trabalho, renda e
48 sustentabilidade no segmento das artes circenses; **APROVEITAMENTO. 3.**
49 Mapear as indústrias criativas no Estado do Amazonas, para ser ter estatísticas,
50 números, para emplacar políticas públicas e culturais; Foi sugerido pelos
51 conselheiros a aglutinação. **4.** Criação de taxa de pagamento para filmagem /
52 fotografia de produção audiovisual em territórios indígenas de acordo com o valor
53 do orçamento de cada produção, taxas em dólar ou euro quando forem
54 produções de fora do país. **APROVEITAMENTO. Nacional 1.** Criar políticas
55 públicas para ocupar e ampliar os equipamentos públicos, monumentos
56 turísticos e eventos do poder público com a produção e comercialização de
57 economia criativa, solidária e artesanatos locais, movimentando a economia e
58 gerando negócios para fazedores da economia criativa e solidária local
59 **APROVEITAMENTO. 2.** Desenvolver uma linha de fomento específico de
60 financiamento de formação, economia criativa, economia solidária e artesanato,
61 bem como promover uma articulação transversal entre promover a articulação
62 transversal entre ministérios, Estados e Municípios (como Ministério da
63 Educação, Saúde, Igualdade Racial, Trabalho e Renda, Mulheres, Povos
64 Originários, Direitos Humanos e suas respectivas Secretarias), estimulando que
65 estes também abram linhas de fomento e financiamento, incentivos fiscais e
66 apoio técnico para grupos de empreendimentos solidários, grupos criativos e
67 artesanato. Foi sugerido pelos conselheiros a aglutinação e revisão textual.
68 **Estadual / Nacional 1.** Mapear as indústrias criativas no Estado do Amazonas
69 para obter dados estatísticos que contribuirão para construção de Políticas
70 Públicas Culturais; Foi sugerido pelos conselheiros a aglutinação com a
71 proposta 3. **2.** Desenvolver Linha de Fomento específica para financiamento de
72 formação, economia criativa, economia solidária e promover a articulação
73 transversal entre União, Estados e Municípios, como Ministério da Educação,
74 Saúde, Igualdade Racial, Trabalho e Renda, Mulheres, Povos Originários,
75 Direitos Humanos e suas respectivas Secretarias, estimulando que estes
76 também abram linhas de fomento e financiamento, incentivos fiscais e apoio
77 técnico para grupos de empreendimentos solidários, grupos criativos e
78 artesanato. Foi sugerido pelos conselheiros a aglutinação. A **conselheira Jady**
79 **Castro** deu continuidade à discussão, concordando com a necessidade de
80 aglutinação das propostas e consulta jurídica. Em seguida, mencionou as



81 propostas estaduais de Manaus, como a criação de uma associação de apoio
82 para pessoas da cultura, equiparando-a a outras já discutidas. Ela propôs a
83 revisão de uma das propostas para assegurar uma política pública de fomento a
84 projetos de arte terapia com artistas circenses, sugerindo a remoção de detalhes
85 desnecessários, como a menção específica aos palhaços. Além disso, destacou
86 a importância de mapear as indústrias criativas no estado do Amazonas para
87 gerar estatísticas que possibilitem a criação de políticas culturais adequadas.
88 Jady questionou se a Secretaria de Cultura (SEC) já realizava esses
89 mapeamentos. O **conselheiro Dudson Carvalho** respondeu que o
90 mapeamento precisa ser feito após a aprovação do plano, visto que o que já foi
91 alcançado pela SEC é insuficiente para as necessidades do estado. Ele destacou
92 que esse processo deve ser realizado com verba destinada e abranger todos os
93 municípios e a capital para obter um diagnóstico preciso da força das indústrias
94 criativas no Amazonas. A **conselheira Jady Castro** seguiu com a quarta
95 proposta, referente à criação de uma taxa para filmagem ou fotografia de
96 produções audiovisuais em territórios indígenas, sugerindo que os valores sejam
97 estipulados conforme o orçamento de cada produção, especialmente em dólares
98 ou euros para produções internacionais. O **conselheiro Ludimar Kokama**
99 complementou, ressaltando que essa proposta surgiu na conferência e já havia
100 sido discutida com organizações e associações culturais. Ele enfatizou a
101 importância de estabelecer valores para essas produções, garantindo que os
102 recursos sejam revertidos em benefício das comunidades indígenas. A
103 **conselheira Jady Castro** continuou apresentando as propostas nacionais. A
104 primeira visava a criação de políticas públicas para ocupar e ampliar espaços
105 públicos com a produção e comercialização de economia criativa e artesanato
106 local, gerando oportunidades para os trabalhadores desse segmento. A segunda
107 proposta, voltada ao financiamento e formação na área de economia criativa,
108 sugeria uma articulação entre diversos ministérios e a criação de incentivos
109 fiscais e apoio técnico para o desenvolvimento do artesanato solidário. Ela
110 questionou se as propostas nacionais também poderiam passar por uma revisão
111 de texto e análise jurídica. O **conselheiro Vanderley Pinheiro** explicou que as
112 propostas nacionais já haviam sido discutidas e diluídas no plano durante a
113 conferência, mas concordou que uma revisão de texto ainda poderia ser feita. A
114 **conselheira Jady Castro** então reforçou que algumas propostas apresentavam
115 duplicações e sugeriu a aglutinação de algumas delas. O **conselheiro Dudson**
116 **Carvalho** confirmou que as propostas já haviam aparecido em outras ocasiões
117 e reforçou a necessidade de unificação de textos e encaminhamento claro,
118 especialmente no que se refere ao cadastro reserva. A **conselheira Jady Castro**
119 agradeceu e pediu confirmação à Jennyfer Balbi, que pediu uma repetição sobre
120 as aglutinações propostas. Jady explicou que as propostas duplicadas deveriam
121 ser aglutinadas, especialmente no que se referia às propostas estadual/nacional.
122 O **conselheiro Ludimar Kokama** complementou, explicando que a primeira



123 proposta da estadual/nacional deveria ser aglutinada com a primeira proposta da
124 nacional, já que o texto era o mesmo. Jennyfer confirmou que havia
125 compreendido as instruções. **BARREIRINHA Estadual 1.** Encontro de
126 manifestações culturais dos povos tradicionais do estado do Amazonas;
127 **APROVEITAMENTO.** A **conselheira Jady Castro** iniciou sua fala informando
128 que era conselheira suplente da cadeira de dança e que participou
129 presencialmente do primeiro encontro do eixo 5 na sede do Conec. Ressaltou
130 que as leituras das propostas já haviam sido feitas até o município de Itapiranga
131 e que, a partir de agora, seguiriam para Novo Airão. Solicitou confirmação se
132 todos estavam acompanhando, mencionando especialmente o conselheiro
133 Ludimar Kokama, e lembrou a necessidade de revisão e análise jurídica das
134 propostas. Em relação a Novo Airão, mencionou duas propostas: aporte
135 financeiro entre estado e município para o Eco Festival do Peixe-Boi e a
136 calendarização do festival no calendário oficial do estado. A conselheira sugeriu
137 a aglutinação das propostas, por se tratarem do mesmo festival, e pediu que se
138 discutisse se o festival deveria estar no plano estadual ou encaminhado para o
139 caderno reserva. O **conselheiro Ludimar Kokama** levantou a questão sobre o
140 que os proponentes desejavam em relação à inclusão no calendário oficial e
141 mencionou que nunca tinha ouvido falar desse festival. Questionou se havia
142 contrapartida do município, sugerindo que poderia haver um desejo de que o
143 estado se tornasse realizador do festival. A **conselheira Jady Castro**
144 respondeu, propondo uma consulta jurídica para esclarecer melhor o
145 funcionamento do festival Peixe-Boi, se a organização caberia ao município ou
146 à Secretaria de Estado de Cultura (SEC). **Symone Farias** sugeriu encaminhar a
147 questão diretamente à Secretaria de Cultura para verificar se o festival já estava
148 no calendário oficial do estado e se tal calendário de fato existia. O **conselheiro**
149 **Ludimar Kokama** comparou a situação com o apoio financeiro dado pelo
150 governo do estado ao Festival de Ciranda de Manacapuru, sugerindo que o
151 objetivo dos proponentes poderia ser semelhante. A **conselheira Jady Castro**
152 concordou com a sugestão e passou a tratar das propostas estaduais de
153 Manaus. A primeira proposta envolvia a criação de uma associação de apoio às
154 pessoas da cultura. A segunda, a criação de políticas públicas para fomentar a
155 arte terapia com artistas circenses, o que a conselheira sugeriu revisar para
156 eliminar termos desnecessários, como "vestidos de palhaço". A terceira proposta
157 tratava do mapeamento das indústrias criativas do estado. A **conselheira Jady**
158 **Castro** questionou se a SEC já realizava esse mapeamento e se a proposta
159 deveria permanecer no plano estadual. O **conselheiro Dudson Carvalho**
160 respondeu que o mapeamento das indústrias criativas deveria ser feito após a
161 aprovação do plano, uma vez que a abrangência atual da SEC era insuficiente
162 para obter um diagnóstico completo sobre o segmento. A **conselheira Jady**
163 **Castro** seguiu com a quarta proposta, que sugeria a criação de uma taxa para
164 filmagens e produções audiovisuais em territórios indígenas, com valores



165 atrelados ao orçamento das produções. O **conselheiro Ludimar Kokama**
166 apoiou a proposta, ressaltando a importância de haver uma contrapartida
167 financeira para as comunidades em que as filmagens ocorrem, sugerindo que
168 essa arrecadação revertesse em benefício das mesmas. Na sequência, a
169 **conselheira Jady Castro** apresentou duas propostas nacionais. A primeira
170 tratava da criação de políticas públicas para ocupar e ampliar a utilização de
171 monumentos turísticos e equipamentos públicos por fazedores de economia
172 criativa. A segunda proposta visava desenvolver uma linha de fomento para o
173 financiamento de formação em economia criativa, solidária e artesanato, além
174 de promover uma articulação transversal entre ministérios, estados e municípios.
175 A conselheira observou que o texto estava duplicado e sugeriu uma revisão. O
176 **conselheiro Vanderley Pinheiro** informou que as propostas nacionais já
177 haviam sido discutidas e diluídas dentro do plano, mas concordou com a
178 possibilidade de revisão de texto. O **conselheiro Dudson Carvalho** enfatizou
179 que a unificação e revisão de textos das propostas já haviam aparecido em
180 outros momentos e que era importante definir claramente quais propostas iriam
181 para o cadastro reserva. A **conselheira Jady Castro** passou então a tratar das
182 propostas do município de Barreirinha e Caapiranga. A primeira proposta de
183 Barreirinha envolvia a realização de um encontro de manifestações culturais dos
184 povos tradicionais. A conselheira pediu sugestões sobre a segunda proposta,
185 que mencionava a promoção da circulação de artistas pelos municípios vizinhos
186 ou a criação de uma bolsa financeira para os artistas. O **conselheiro Ludimar**
187 **Kokama** comentou que a proposta estava vaga, sem clareza sobre quais
188 municípios seriam envolvidos, sugerindo uma reformulação. A **conselheira Jady**
189 **Castro** propôs a inclusão da criação de um programa estadual para abranger
190 essas atividades, com foco na circulação e formação de artistas, sugerindo
191 também uma revisão de texto. O **conselheiro Dudson Carvalho** apoiou a ideia,
192 sugerindo a formatação do texto para abranger melhor os pedidos feitos. Por fim,
193 a **conselheira Jady Castro** apresentou a proposta de criação de tendas
194 artísticas nos municípios para exposições e apresentações culturais, e o
195 **conselheiro Ludimar Kokama** sugeriu a aglutinação com outras propostas que
196 tratavam da realização de feiras culturais. **CAAPIRANGA. Estadual 1.** Promova
197 a circulação de artistas pelos municípios vizinhos, ou criar uma bolsa financeira
198 para os artistas. Foi sugerido a aglutinação com propostas de programas e
199 revisão de texto. **2.** Criação das tendas artísticas nos municípios para exposição
200 e apresentações culturais dos talentos do interior. Foi sugerido pelos
201 conselheiros a aglutinação com propostas relacionadas a feiras. A **conselheira**
202 **Jady Castro** sugeriu a aglutinação da proposta com outras que já haviam sido
203 apresentadas. Em seguida, apresentou a proposta de Urucurituba, que envolvia
204 a realização de ações com foco nas comunidades, valorizando as aptidões
205 locais, especialmente por meio do apoio a feiras de artesanato e produtos
206 sustentáveis que utilizassem materiais da natureza, promovendo a economia



207 criativa e sustentável. O **conselheiro Ludimar Kokama** comentou que a
208 proposta era semelhante a várias outras já discutidas, sugerindo que o tema
209 poderia ser abordado em diferentes momentos. **URUCURITUBA** 1. Realizar
210 ações com foco nas comunidades, valorizando as aptidões locais, em especial
211 com apoio as feiras de artesanato e produtos sustentáveis, que valorizem
212 materiais da natureza, como forma de promoção da economia criativa e
213 sustentável. Foi sugerido a aglutinação com propostas relacionadas a feiras. 2.
214 Estabelecer parcerias com instituições para capacitação aos trabalhadores da
215 cultura, como elaboração de projetos, marchetaria, biojóias e outras áreas da
216 economia criativa, bem como, oferecimento de cursos de graduação nas áreas
217 artísticas e culturais, levando em conta as aptidões locais Foi sugerido pelos
218 conselheiros a aglutinação e consulta aos demais órgãos. A **conselheira Jady**
219 **Castro** sugeriu a aglutinação da proposta com outras que já haviam sido
220 apresentadas. Em seguida, apresentou a proposta de Urucurituba, que envolvia
221 a realização de ações com foco nas comunidades, valorizando as aptidões
222 locais, especialmente por meio do apoio a feiras de artesanato e produtos
223 sustentáveis que utilizassem materiais da natureza, promovendo a economia
224 criativa e sustentável. O conselheiro **Ludimar Kokama** comentou que a proposta
225 era semelhante a várias outras já discutidas, sugerindo que o tema poderia ser
226 abordado em diferentes momentos. A **conselheira Jady Castro** apresentou a
227 segunda proposta de Urucurituba, que sugeria o estabelecimento de parcerias
228 com instituições para a capacitação de trabalhadores da cultura, incluindo a
229 elaboração de projetos como marchetarias, biojóias e outras áreas da economia
230 criativa. Além disso, propunha o oferecimento de cursos de graduação nas áreas
231 artísticas e culturais, considerando as aptidões locais. A conselheira destacou
232 que essa proposta era semelhante a outras já discutidas, sugerindo sua
233 aglutinação e consulta com outros órgãos responsáveis, especialmente em
234 relação aos cursos de graduação. **AUTAZES**. 1. Criação de uma CASA
235 INDUSTRIAL DA FARINHA e FESTA CULTURAL DA FARINHA. Foi sugerido
236 pelos conselheiros deixar a proposta no caderno reserva. 2. Construção de uma
237 casa do artesão. Também foi sugerido pelos conselheiros deixar a proposta no
238 caderno reserva. 3. Incentivo nas práticas de sustentabilidades nos diversos
239 setores e na Feira da gastronomia local. A sugestão para esta proposta foi a
240 aglutinação com propostas semelhantes. A **conselheira Jady Castro**
241 apresentou as propostas do município de Autazes. A primeira tratava da criação
242 de uma casa industrial da farinha e de uma festa cultural da farinha. A
243 conselheira questionou se a festa já ocorria ou se estavam solicitando sua
244 criação. O **conselheiro Ludimar Kokama** esclareceu que, em Autazes, não há
245 tal festa, mencionando que Uarini possui algo semelhante. O **conselheiro**
246 **Dudson Carvalho** ressaltou que propostas relacionadas à criação de eventos
247 municipais devem ser incluídas no plano municipal de cultura, a ser montado
248 pela prefeitura, com possibilidade de apoio estadual. Ele sugeriu que a festa



249 cultural fosse encaminhada ao cadastro reserva, visto que não seria adequado
250 incluí-la diretamente no plano estadual. A **conselheira Jady Castro** concordou
251 com o ajuste e questionou sobre a possibilidade de manter a casa industrial da
252 farinha no plano, o que foi discutido pelos conselheiros. O **conselheiro Ludimar**
253 **Kokama** destacou que a construção da casa de farinha não é de competência
254 da Secretaria de Cultura, sugerindo encaminhar a proposta para órgãos como o
255 SEPROR (Secretaria de Estado da Produção Rural) ou o IDAM (Instituto de
256 Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do
257 Amazonas). O **conselheiro Dudson Carvalho** reforçou que essa proposta seria
258 de natureza municipal e que a questão orçamentária deveria ser
259 cuidadosamente considerada. Por fim, o **conselheiro Ludimar Kokama**
260 reafirmou que a casa industrial deveria ser tratada pela Secretaria de Produção
261 e que o ideal seria enviar a proposta para a SEPROR. A **conselheira Jady**
262 **Castro** seguiu com a segunda proposta, que tratava da construção de uma casa
263 do artesão em Autazes, questionando se também seria destinada ao caderno
264 reserva. O **conselheiro Ludimar Kokama** sugeriu que fosse encaminhada ao
265 caderno reserva ou para o município. O **conselheiro Dudson Carvalho**
266 concordou, mencionando que, por ser uma boa proposta, deveria ser
267 implementada no plano municipal, com possível fomento do trabalho em uma
268 próxima oportunidade. A **conselheira Jady Castro** então apresentou a terceira
269 proposta, que sugeria o incentivo às práticas de sustentabilidade nos diversos
270 setores e na Feira de Gastronomia local. O **conselheiro Ludimar Kokama**
271 indicou que essa proposta deveria ser aglutinada com outras já apresentadas.
272 **MAUÉS 1.** Fomentar atividades culturais e turísticas em feiras e eventos (no
273 Estado) fora do município. Essas ações revelam a identidade local, estimulam a
274 economia e preservam o patrimônio. Ao exibir tradições, artesanato e culinária
275 típica, despertamos interesse e enriquecemos a diversidade cultural. Foi
276 sugerido a aglutinação e revisão textual. **2.** Profissionalização e programa de
277 formação contínua para os fazedores de cultura. Foi sugerido somente a
278 aglutinação. **3.** Criação de uma Campanha Nacional que valorize os fazedores
279 de cultura; Também foi sugerido pelos conselheiros deixar a proposta no caderno
280 reserva. A **conselheira Jady Castro** apresentou as propostas referentes ao
281 município de Maués. A primeira proposta era fomentar atividades culturais e
282 artísticas em feiras e eventos fora do município, destacando que essas ações
283 revelam a identidade local, estimulam a economia e preservam o patrimônio. O
284 **conselheiro Ludimar Kokama** sugeriu que essa proposta fosse aglutinada a
285 outras já existentes, considerando a circulação de atividades culturais em
286 eventos de todo o estado do Amazonas. Ele indicou que seria mais adequado
287 reformular o texto para que o fomento abrangesse feiras e eventos em nível
288 estadual, em vez de focar apenas em um município específico. O **conselheiro**
289 **Vanderley Pinheiro** ressaltou a importância de apontar de que maneira essas
290 ações seriam realizadas. O **conselheiro Dudson Carvalho** destacou que



291 algumas propostas parecem direcionadas para que o estado resolva problemas
292 municipais, algo que deve ser evitado. Ele sugeriu que fosse feita uma
293 aglutinação de texto que beneficiasse todos os municípios, permitindo que cada
294 um deles pudesse incluir suas causas no plano municipal de cultura, garantindo
295 verbas para o desenvolvimento de projetos em nível estadual. O **conselheiro**
296 **Vanderley Pinheiro** reforçou a necessidade de tornar as propostas mais
297 genéricas, para atender a um público mais amplo. A **conselheira Jady Castro**
298 apresentou a segunda proposta, que tratava da profissionalização e formação
299 contínua para os fazedores de cultura. Ela identificou que essa proposta estava
300 duplicada e encaminhou para aglutinação. O **conselheiro Dudson Carvalho**
301 observou que essa necessidade é comum em diversos municípios e reforçou a
302 importância de elaborar um texto bem estruturado para atender a essa demanda
303 coletiva. Por fim, a **conselheira Jady Castro** apresentou a terceira proposta,
304 que sugeria a criação de uma campanha nacional de valorização da cultura. O
305 **conselheiro Dudson Carvalho** recomendou que fosse encaminhada ao
306 caderno reserva, ressaltando que já existem campanhas em andamento e que o
307 foco deveria ser em uma campanha estadual. **RIO PRETO DA EVA 1.**
308 Transformar (Incentivar) Rio Preto da Eva em um polo gastronômico do estado
309 do Amazonas. O município é bastante conhecido por seus maravilhosos cafés
310 regionais, comidas tradicionais da culinária amazônica como tambaqui, farinha,
311 doces de cupuaçu, castanha, etc, além de que fica localizado apenas 80
312 quilômetros de Manaus, com fácil acesso pela rodovia AM-010. Esse polo da
313 gastronomia com feiras realizadas ao menos uma vez por mês irá movimentar a
314 economia da cidade, gerando trabalho e renda para os comerciantes e
315 trabalhadores do ramo alimentício e outros. Foi sugerido somente a revisão
316 textual. **2.** Criação de um programa contínuo de formação em renda e
317 sustentabilidade da economia criativa e economia solidária, para os agentes
318 culturais, contendo ações específicas e de assessoramento aos gestores
319 (agentes) culturais municipais, partindo de um processo de realização de
320 mapeamento cultural acessível, inclusivo e em rede, garantindo a qualificação
321 dos agentes culturais nessas localidades e fortalecendo os sistemas municipais
322 de cultura (bandas e orquestras; teatro e espaços cênicos.). Foi sugerido a
323 aglutinação e revisão textual da proposta. **3.** Criação de linhas de crédito
324 desburocratizadas e específicas junto ao BNDES, bancos públicos e
325 comunitários, subsidiados pelo governo para impulsionar negócios da economia
326 criativa e solidária. Também foi sugerido pelos conselheiros deixar a proposta no
327 caderno reserva. A **conselheira Jady Castro** apresentou a proposta de
328 transformar o município de Rio Preto da Eva em um polo de gastronomia do
329 estado do Amazonas, destacando a riqueza da culinária local e a facilidade de
330 acesso à cidade, situada a 80 km de Manaus. O **conselheiro Dudson Carvalho**
331 ressaltou que essa proposta tem potencial por já estar estruturada, sendo uma
332 proposta de incentivo ao comércio e à cultura gastronômica local. Ele sugeriu



333 que a proposta fosse adaptada para incentivar a área, e que o município deveria
334 incluir essa ideia em seu plano municipal de cultura, fortalecendo o setor cultural
335 além da gastronomia, com música, dança e outras manifestações culturais. O
336 conselheiro recomendou que o início do texto fosse ajustado para substituir
337 "transformar" por "incentivar" e que fosse feita uma revisão textual para reforçar
338 o foco no fortalecimento cultural. A **conselheira Jady Castro** concordou com a
339 revisão sugerida e passou para a segunda proposta, que tratava da criação de
340 um programa contínuo de formação em renda criativa e economia solidária para
341 agentes culturais. O **conselheiro Dudson Carvalho** destacou a diferença entre
342 agentes culturais e gestores, enfatizando que a proposta deveria focar nos
343 agentes, que são os fazedores de cultura, e não nos gestores municipais. Ele
344 também sugeriu a eliminação do termo "gestor" para evitar confusões, e a
345 **conselheira Jady Castro** concordou com a alteração, destacando a
346 necessidade de ajustar o texto. A terceira proposta apresentada pela
347 **conselheira Jady Castro** tratava da criação de linhas de crédito
348 desburocratizadas e específicas junto ao BNDES (Banco Nacional de
349 Desenvolvimento Econômico e Social), bancos públicos e comunitários, para
350 impulsionar negócios da economia criativa e solidária. O **conselheiro Dudson**
351 **Carvalho** questionou a viabilidade dessa proposta, apontando a necessidade de
352 uma análise jurídica e destacando que o estado já oferece linhas de crédito, mas
353 que faltava profissionalização para acessá-las. O **conselheiro Ludimar**
354 **Kokama** também questionou a presença de bancos comunitários no Amazonas
355 e sugeriu que a proposta fosse encaminhada ao caderno de reserva ou
356 aglutinada com outras propostas. Por fim, o **conselheiro Dudson Carvalho**
357 recomendou que a proposta fosse direcionada ao caderno de reserva, pois as
358 linhas de crédito ainda eram de difícil acesso para muitos artistas, e a proposta
359 exigiria um trabalho significativo de mapeamento e negociações futuras. Ele
360 concluiu que, após a implementação do plano, seria possível revisar essas
361 questões em uma segunda etapa. **SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ 1.** Criar uma "Feira
362 de Artesanato", venda (comércio), experiências gastronômicas e mostras
363 culturais; Os conselheiros optaram por sugerir a aglutinação. **2.** Qualificar os
364 agentes culturais de forma a agregar valor às suas produções; Os conselheiros
365 também sugeriram a aglutinação. **3.** Auxiliar na regulamentação das associações
366 e cooperativas culturais; Foi sugerido a aglutinação junto das duas propostas
367 anteriores. **4.** Ampliar a oferta de recursos financeiros que assegurem ao setor
368 cultural o seu desenvolvimento levando em consideração a realidade local; Foi
369 sugerido pelos conselheiros deixar a proposta no caderno reserva. A
370 **conselheira Jady Castro** prosseguiu a discussão mencionando a proposta de
371 Santo Antônio do Içá. Ela começou pela segunda proposta, que tratava da
372 qualificação de agentes culturais, mas foi corrigida pelo **conselheiro Ludimar**
373 **Kokama**, que lembrou que a primeira proposta era sobre a criação de uma feira
374 de artesanato, venda, comércio, experiência de gastronomia e mostras culturais.



375 Ele sugeriu que ambas as propostas fossem aglutinadas com outras que já
376 abordavam temas semelhantes. A **conselheira Jady Castro** seguiu com a
377 terceira proposta, que sugeria a regulamentação de associações e cooperativas
378 culturais. Novamente, o **conselheiro Ludimar Kokama** mencionou que essa
379 proposta também deveria ser aglutinada, pois já haviam sido discutidos textos
380 parecidos no mesmo eixo. Em seguida, a **conselheira Jady Castro** apresentou
381 a quarta e última proposta, que sugeria a ampliação da oferta de recursos
382 financeiros para o setor cultural, levando em consideração a realidade local. O
383 **conselheiro Dudson Carvalho** sugeriu que essa proposta fosse enviada para
384 o caderno de reserva, pois o plano que estavam elaborando tinha exatamente o
385 objetivo de preparar as bases para que esses recursos fossem organizados e
386 utilizados no futuro. A **conselheira Jady Castro** finalizou a discussão sobre
387 Santo Antônio do Içá e mencionou que com isso o eixo 5 se daria por finalizado,
388 e pergunta para Jennyfer e Symone, se havia alguma orientação adicional para
389 dar continuidade. **Symone Farias** retomou a discussão sobre o eixo 3, que trata
390 do patrimônio. Ela informou que, na semana anterior, entraram em contato com
391 o secretário geral, Pedro Cacheado, e enviaram um convite ao Conselho de
392 Patrimônio para colaborar. Symone ressaltou que é um eixo que exige
393 conhecimentos específicos, mas que acreditava que os membros do CONEC
394 estariam aptos a participar. Ela mencionou que a reunião está agendada para o
395 dia 24 de setembro, à tarde, e que os membros que desejassem participar
396 presencialmente deveriam informar para que o espaço fosse preparado. Além
397 disso, convidaram técnicos da Secretaria de Cultura, do departamento de
398 patrimônio histórico e artístico, para colaborar. Symone lembrou que no dia
399 seguinte, 17 de setembro, haveria uma reunião do eixo 6, das 10 às 12h, e que
400 a única inscrita nesse eixo era a conselheira Lydia Lúcia. Symone pediu que
401 outros conselheiros ajudassem nesse eixo, pois ele é grande, com cerca de
402 quatro páginas de propostas. Ela também sugeriu que a reunião se estendesse
403 até às 13h, antes da audiência pública na Assembleia, às 14h. O **conselheiro**
404 **Dudson Carvalho** perguntou qual era o tema do eixo 6, e **Symone Farias**
405 explicou que tratava de "Direito às artes e linguagens digitais", um eixo também
406 bastante específico. A **conselheira Jady Castro** levantou duas dúvidas. A
407 primeira era sobre os encaminhamentos e quantos eixos ainda faltavam ser
408 finalizados. **Symone Farias** informou que apenas os eixos 1, 4 e 5 foram
409 concluídos, faltando três eixos para finalizar. A **conselheira Jady Castro** então
410 perguntou se acreditava que esses eixos seriam finalizados naquela semana, e
411 **Symone Farias** respondeu que isso dependeria do empenho dos membros do
412 colegiado. A segunda dúvida da **conselheira Jady Castro** foi sobre o processo
413 de divulgação da minuta de lei e se a sociedade civil seria convocada. **Symone**
414 **Farias** esclareceu que a etapa da sociedade civil já havia sido realizada por meio
415 das conferências e que a minuta seria elaborada pelo doutor Sérgio Cruz,
416 aprovada pelo plenário do Conselho de Cultura. Ela mencionou que, embora a



417 consulta pública não seja obrigatória, é possível que o plano seja disponibilizado
418 para consulta pública no site da Secretaria de Cultura, semelhante ao processo
419 dos editais. O **conselheiro Ludimar Kokama** e **Vanderley Pinheiro**
420 corroboraram essas informações, explicando que a fiscalização do plano é
421 realizada pelo CONEC. **Symone Farias** então encerrou suas explicações e
422 perguntou se havia mais questões. O **conselheiro Ludimar Kokama** aproveitou
423 para informar que sua ausência anterior foi devido à sua participação em um
424 programa do Ministério dos Povos Indígenas. **Symone Farias** assegurou que
425 ele estava participando agora e que as informações das reuniões estavam
426 disponíveis no grupo e no caderno de propostas. Após o informe de Ludimar,
427 Symone perguntou se mais alguém gostaria de falar, e como não houve mais
428 intervenções, a reunião foi encerrada com agradecimentos.

JADY BASTISTA DE CASTRO

Presidente – 8ª Reunião da Comissão do PEC – I Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Remota:

1. Vanderley Pinheiro – Titular representante de Circo;
2. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante de Cultura Indígena;
3. Dudson Campos Carvalho – Titular representante de Artes Visuais e Novas Mídias;
4. Marcos André Durand Pereira – Titular representante de Dança;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

7. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

8. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
9. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC;

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

4. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
5. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
6. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

7. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.